



**DECRETO Nº 2.912, DE 13 DE OUTUBRO DE 2020.**

Declaração de utilidade pública para fins de desapropriação de imóvel situado no território do Município de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro.

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PINHEIRAL**, no uso de suas atribuições legais, em especial, a disposta no artigo 45, inciso I, alínea “d”, da Lei Orgânica Municipal:

**CONSIDERANDO**, a previsão do artigo 5º, inciso XXIV, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO**, a regra do artigo 5º, alínea “m”, e do art. 6º, ambos do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

**CONSIDERANDO**, os poderes conferidos pelo artigo 44, incisos XII, da Lei Orgânica Municipal; e,

**CONSIDERANDO**, o teor do processo administrativo nº 2609/2013;

## **RESOLVE**

**Art. 1º** - Declarar de utilidade pública, para os fins de desapropriação amigável, do imóvel com **499m²,99cm²** (quatrocentos e noventa e nove metros quadrados e noventa e nove centímetros quadrados), de propriedade de Gessonita Maria Dardengo Arruda, situado à Praça Teixeira Campos, número 40, Centro, Município de Pinheiral, Estado do Rio de Janeiro, transcrito no Cartório do Ofício Único de Pinheiral, no livro 043, fls. 123, Ato 123; com as seguintes características: área com 499m²,99cm² (quatrocentos e noventa e nove metros quadrados e noventa e nove centímetros quadrados), sendo 14m10cm (quatorze metros e dez centímetros) de frente para a Praça Teixeira Campos; 34m90cm (trinta e quatro metros e noventa centímetros) do



lado direito, confrontando com propriedade de Ediceli Maria Carraro; 36m33cm (trinta e seis metros e trinta e três centímetros) do lado esquerdo, em cinco seguimentos, confrontando com propriedade de Maria Aparecida Rodrigues Almeida; e 13m90cm (treze metros e noventa centímetros) pelos fundos, confrontando com propriedade de Maria Aparecida Rodrigues Almeida.

**Art. 2º** - A desapropriação de que trata este Decreto é declarada de natureza urgente por se tratar de imissão definitiva de posse.

**Art. 3º** - O objeto da desapropriação destina-se à construção da Casa da Cultura do Município, constituindo obra de relevante interesse público.

**Art. 4º** - As despesas decorrentes deste ato expropriatório correram à conta de dotação orçamentária própria prevista no orçamento do Município.

**Art. 5º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Pinheiral, 13 de Outubro de 2020.

EDNARDO BARBOSA OLIVEIRA  
PREFEITO